



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0005739-12.2017.8.26.0566 - Controle nº 2017/000814**  
Classe - Assunto: **Cumprimento Provisório de Sentença - Fornecimento de Medicamentos**  
Requerente: **Paulo Henrique Piovesan Júnior**  
Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

Vistos.

Trata-se de pedido de cumprimento provisório de sentença que reconheceu a exigibilidade de obrigação de fazer em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO e da FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, objetivando o cumprimento da tutela de urgência já deferida.

Os requeridos foram intimados para o cumprimento da obrigação no prazo de 72 horas.

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo ofertou impugnação ao cumprimento de sentença alegando ausência de intenção de não cumprir a ordem judicial e impossibilidade de acumulação de multa e sequestro de verbas públicas, requerendo a suspensão da execução.

A Fazenda Pública do Município de São Carlos não ofertou impugnação.

Foi determinado o sequestro de verbas públicas.

É o relatório.

Decido.

O requerente juntou documentos que comprovam a aquisição do item descrito na inicial com os valores que foram sequestrados. Intimados, os requeridos não ofertaram impugnação.

Assim, declaro satisfeita a obrigação e julgo extinto o presente cumprimento de sentença o que faço com fundamento no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

Desnecessária a apreciação dos argumentos constantes na impugnação apresentada pela executada Fazenda Pública do Estado de São Paulo em razão da presente

**0005739-12.2017.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

sentença.

Deixo de proceder a condenação da Fazenda do Estado de São Paulo em honorários advocatícios, ante o teor da Súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça.

Não há condenação em custas processuais, ante o disposto no artigo 6º da Lei 11.608/2003.

Diante do fornecimento do equipamento antes da presente decisão, ainda que mediante sequestro de verbas públicas, deixo de condenar o município ao pagamento de honorários advocatícios.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

P.I.

São Carlos, 16 de novembro de 2017.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**